

## Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades

## A Falta de professores nas escolas

## A desvalorização da docência, a ausência de incentivos e a displicência do Governo no planeamento

O SPLIU insistiu nos últimos 6 anos, em várias reuniões com o Ministério da Educação, para a necessidade de um planeamento cuidado a curto, médio e longo prazo, na área da educação, designadamente, no que aos recursos se refere, com particular destaque para os professores qualificados necessários ao sistema.

Inclusive, numa das reuniões, o SPLIU recordou o Gabinete de Estudos e Planeamento criado no final dos anos 80 e início da década de 90, para justificar a necessidade de o Ministério da Educação não navegar à vista e ao sabor do vento, no que se refere ao planeamento estruturado e integrado da educação.

Contudo, o Governo não prestou qualquer atenção aos alertas do SPLIU, e agora corre atrás do prejuízo, criando uma Task Force para a resolução da falta de professores nas escolas, o que na opinião do SPLIU, é desadequada, pois o problema e as ações necessárias para o resolver têm contornos muito diferentes.

A falta de professores nas escolas está intimamente relacionada com a desvalorização sistemática e continuada da profissão docente por parte do Governo, e até mesmo de uma grande franja da sociedade, com a precariedade, com a instabilidade no exercício da profissão, com a insegurança, com a precariedade, com os custos associados ao exercício profissional, com a ausência de um regime de incentivos..., no fundo, com um quadro de atratividade suficientemente motivador para que os jovens continuem a optar por cursos via ensino.

Porque há falta de professores na Grande Lisboa, Península de Setúbal e Algarve?!... Fundamentalmente, porque as colocações nessas zonas implicam instabilidade pessoal e familiar, porque há insegurança e porque os custos associados à residência nessas zonas são incomportáveis face ao que os professores auferem de vencimento.

Então, como resolver o problema?!... Certamente que não será com a criação da noite para o dia de uma Task Force, qual coelho que sai da cartola, mas sim com a rápida implementação de políticas ativas e medidas incentivadoras para a resolução do problema:

- Melhoria dos salários dos professores;



## Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades

- Incentivo aos muitos jovens já profissionalizados via ensino para o seu regresso à docência:
- Vínculo dos milhares de professores precários contratados;
- Dedução em sede de IRS das despesas relativas a transportes;
- Subsídio para fixação de professores em zonas carenciadas e em zonas de evidente insegurança;
- Reforma da formação inicial de professores;
- Revisão e alteração do regime de recrutamento e seleção de professores;

- (...)

Por fim, mas não em último lugar, o SPLIU não pode deixar de censurar liminarmente as declarações do Sr. Ministro, quando colocou em cima da mesa, o regresso a um sistema pernicioso e desadequado na formação de professores, centrado na profissionalização em serviço. O SPLIU não quer, os portugueses não querem, que o País regresse aos tempos pós 25 de abril de 1974, em que indivíduos com o 2º ano complementar dos liceus, ou de licenciados provenientes de outras áreas, se tornaram professores sem formação didática e pedagógica, ou que obtiveram a qualificação para a docência através de um modelo profundamente desadequado nos tempos atuais de profissionalização em serviço.

Quer as Escolas Superiores de Educação, quer as Universidades, têm muita oferta formativa em cursos via ensino, alguns deles sem candidatos. O problema é que os jovens não se sentem atraídos pelo mesmo, porque não encaram a docência como uma oportunidade profissional prestigiada e devidamente compensatória, no que a salários se refere.

Vale a pena pensar nisto e agir rapidamente, antes que seja demasiado tarde!...

Lisboa, 19 de novembro de 2021

A Direção Nacional